



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12848 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT12 - Currículo

A BASE NACIONAL COMUM PARA A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA (BNC-FORMAÇÃO) E SUAS IMPLICAÇÕES NO PROCESSO FORMATIVO DOCENTE

Adriana Regina de Jesus - UEL - Universidade Estadual de Londrina

Marta Regina Furlan de Oliveira - UEL - Universidade Estadual de Londrina

Agência e/ou Instituição Financiadora: Capes

A BASE NACIONAL COMUM PARA A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA (BNC-FORMAÇÃO) E SUAS IMPLICAÇÕES NO PROCESSO FORMATIVO DOCENTE

Resumo: Entendemos que os campos do currículo e da formação de professores são interligados, uma vez que o currículo torna-se uma realidade concreta por meio da prática pedagógica do professor. Isso posto, os estudos acerca dessas temáticas, são considerados necessários, pois envolvem uma gama ampla de intencionalidades e problemas a serem considerados. Assim, questiona-se: qual a proposta de formação preconizada na BNC – Formação e suas implicações nos processos formativos? Diante da problemática, o estudo tem como objetivo refletir sobre a Formação Inicial de Professores a partir da Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019 que estabelece a Base Nacional Comum (BNC-Formação), a fim de identificar, suas implicações no processo formativo docente. A metodologia utilizada, de caráter qualitativo, é um estudo bibliográfico e documental. Ao término do estudo constatou-se que a política curricular no que se refere a proposta de formação docente presentes na BNC-Formação, têm a pretensão de formar sujeitos numa perspectiva utilitarista, restringindo a educação e o ensino a uma ordem instrumental da razão, principalmente pela tecnificação da formação reduzida ao mercado de trabalho.

Palavras-chave: Educação, Currículo, Formação de Professores, Base Nacional Comum Curricular.

Introdução

Os estudos no campo do currículo e da formação de professores são considerados necessários, pois envolve uma gama ampla de intencionalidades e problemas a serem considerados. Assim, questiona-se: qual a proposta de formação preconizada na Base Nacional Comum (BNC-Formação) e suas implicações nos processos formativos? Diante da problemática, o estudo tem como objetivo refletir sobre a Formação Inicial de Professores a partir da Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019 que estabelece a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), a fim de identificar suas implicações no processo formativo docente.

A metodologia utilizada é um estudo bibliográfico e documental, tendo como foco referenciais críticos que discutem sobre a formação inicial de professores, tendo como parâmetro a BNC - Formação. Faz-se necessário ressaltar que, recentes pesquisa segundo Fávero; Bukowski e Centenaro (2021), sobre o tema “políticas curriculares de formação de professores”, aparece na base da Capes, como o primeiro tema de interesse de pesquisa nos programas de *Stricto Sensu* em Educação, no Brasil, defendidos entre os anos de 2000 a 2020. Mostra-se, assim, a relevância da temática e a responsabilidade do desafio de proceder a análise documental, articulando currículo e formação de professor, já que os estudos sobre esses campos vêm se ampliando.

Como organização didática do texto, apresentamos a seguir, uma reflexão sobre a Formação inicial de professores à luz dos documentos oficiais.

O espaço formativo inicial de professores é um lugar privilegiado para uma nova consciência social, uma vez que possui o ambiente dialógico necessário para despertar a sensibilidade crítica e política dos cidadãos e a legitimidade de representar, por meio da docência, os fundamentos humanizadores do ensino. Entretanto, ao depararmos com as políticas públicas curriculares para a formação de professores, há uma preocupação que se estende por perceber um certo reducionismo na formação à luz da instrumentalização da razão, por meio dos fins utilitaristas da atuação docente.

De certa forma, as políticas públicas regulam e orientam os sistemas de ensino instituindo normativas que se firmam respondendo a um tempo histórico e social. Ao relacionar com o contexto vigente que, para muitos é visto como a contemporaneidade, a uma preocupação, principalmente pela mercadorização da vida e das relações de trabalho. Nesse sentido, a sociedade de modo geral e os Estados passam a intervir diretamente e de maneira ousada na organização dos currículos como estratégia de posicionamento na nova configuração social que se efetiva pelo aguçamento da competitividade internacional, da promoção do desenvolvimento econômico e da falsificação democrática do ensino.

O referido documento, BNC - Formação, de certa forma, expressa esses ditames sociais e do mercado de trabalho, efetivando uma contribuição instrumental e utilitarista da formação. A concepção de professor presente em tal normativa, constitui-se por uma

perspectiva reducionista do “ser” e do “fazer” docente. Isso porque, o juízo que atualmente se enuncia oficialmente no Brasil como ideal e novo para caracterizar o perfil do professor na atualidade, é na realidade, um projeto que já foi incessantemente analisado e criticado, há quase trinta anos no campo das políticas educacionais nas diferentes esferas da federação.

No início da década de 1990, alguns intelectuais do campo, na alçada da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação – ANFOPE, já descreviam naquele contexto que os movimentos do capital internacional trariam impactos na esfera da formação do professor no país, impondo a emergência de um neotecnicismo nos cursos de licenciatura. O tecnicismo na formação, foi marcado pelo uso excessivo de modelos de exercícios e atividades prontas em apostilamentos para o auxílio na transposição mnemônica, os quais exigia professores e estudantes executores. Explicitando o que se entenderia por modelo formativo tecnicista que emergia de modo silencioso nos anos 1990, Freitas (2011) o relacionava com a necessidade do sistema capitalista em gerar um novo padrão de exploração e novas formas de organização do trabalho, com o seguinte argumento:

Novamente, estamos diante do empobrecimento da formação do profissional da educação, o qual se vê limitado a cursos práticos de curta duração para sua preparação ou a uma imersão acrítica na realidade da escola, durante sua preparação profissional. É a retomada do tecnicismo dos anos 1970 sob novas bases. No entanto, mantém-se aqui sua característica fundamental: uma análise da educação desgarrada de seus determinantes históricos e sociais (FREITAS, 2011, p.104).

É interessante destacar que a análise crítica realizada pelo autor, traz uma referência da Austrália e sua política neoliberal no campo educacional, país que então servia de parâmetro para as mudanças que estavam sendo anunciadas para a educação no Brasil. Freire (2017) corrobora com a reflexão, ressaltando que se tratava, de uma estratégia de cooptação do professor mediante currículo formativo, sob o artifício do controle gerencial do trabalho e na standardização dos resultados mediante a novidade lançada naqueles anos que foram as avaliações internacionais de padronização dos níveis educacionais entre os países, compondo assim, no entender do autor, o ideário do capital.

Assim, a política neoliberal presente no campo educacional, influenciou a pensar e propor ações no que tange às reformas curriculares tanto no nível da educação básica, quanto na formação docente a nível superior, como também na austeridade financeira – materializada na PEC 55, que estabelece o teto de gastos públicos – consideradas práticas desse novo cenário, por assim dizer, anti dialógico (FREIRE, 2017), que passa a vigorar no Brasil, após 2016.

Peroni (2017) argumenta que, as reformas educacionais em curso no Brasil não dialogam com os sujeitos diretamente envolvidos no processo ou suas entidades legalmente instituídas. São, portanto, alienantes e cerceiam o fazer docente e os direitos dos sujeitos. No entanto, tais reformas de viés gerencialista podem, a médio prazo, alterar as bases da escola pública, mudando a cultura, tanto da escola quanto da sociedade nacional. Isso porque,

segundo a autora, “a política educacional não é, simplesmente, determinada pelas mudanças sociais e econômicas, mas é parte constitutiva dessas mudanças” (PERONI, 2017 p.417).

A política educacional neoliberal por um lado, ocorre em ações práticas de privatização dos serviços e também na venda direta de produtos para o Estado suprir algumas demandas da escola; por outro lado, no âmbito teórico e ideológico, se promove no curricular proposto, como estratégia de um plano maior que é a intenção ético-política, de moldar a formação do professor, tendo como premissa a perspectiva instrumental e utilitária. (APPLE, 2008).

Debruçando de modo mais específico na questão da formação do professor, no contexto da BNC-Formação, constata-se que no:

Art. 2º. A formação docente pressupõe o desenvolvimento, pelo licenciando, das competências gerais previstas na BNCC-Educação Básica, bem como das aprendizagens essenciais a serem garantidas aos estudantes, quanto aos aspectos intelectual, físico, cultural, social e emocional de sua formação, tendo como perspectiva o desenvolvimento pleno das pessoas, visando à Educação Integral. (BRASIL, 2019).

Percebe-se que a Resolução CNE/CP n. 02/2019, que deveria ter como objetivo maior o desenvolvimento amplo do licenciando nas Instituições de Ensino Superior (IES) promovendo a sua profissionalização, se confunde em seu teor, quando desvia seu foco para o aluno da educação básica, tendo como premissa o cumprimento da BNCC.

Pode-se observar também, no Art. 3º que:

Com base nos mesmos princípios das competências gerais estabelecidas pela BNCC, é requerido do licenciando o desenvolvimento das correspondentes competências gerais docentes.

Parágrafo único. As competências gerais docentes, bem como as competências específicas e as habilidades correspondentes a elas, indicadas no Anexo que integra esta Resolução, compõem a BNC-Formação (BRASIL, 2019).

Destarte, constata-se por meio da citação acima, o delineamento de uma concepção de formação docente, que visa como determinante o domínio de competências e habilidades, alinhados à atuação prática; o que implica na mudança curricular das instituições de ensino.

Costa, Matos e Caetano, contribuem com esta reflexão afirmando que (2021, pg. 13):

Dentro desse novo formato, as universidades deverão se adequar e desenvolver em seus projetos o ensino para que a formação dispensada a seus licenciandos esteja de acordo com o que preconiza a BNC-Formação. As universidades deverão seguir o receituário predeterminado para que os futuros professores ao ingressarem nas escolas estejam prontos para desenvolver nos(nas)/com seus alunos(as) o saber-fazer prático, tendo como foco o mercado de trabalho

desde a Educação Básica.

Essas mudanças curriculares, devem ser motivo de alerta para todos os que pesquisam os campos do currículo e da formação de professores, pois entendemos que a formação de nível superior realizada na universidade deve ser responsável por elevar a consciência do sujeito; que o auxilie mediante fundamentos teóricos a promover sua intelectualidade, o pensar de modo autêntico, e não simplesmente o desenvolvimento de competências presentes na BNCC.

Sendo assim, a BNC-Formação distancia-se de uma formação crítica e politizada, visto que o profissional crítico, conforme Mendes e Baccon (2015), faz suas escolhas de ação subsidiadas no conhecimento científico, constrói seu conhecimento considerando pluralidade, promovendo a mediação, observando a complexidade da diversidade social, cultural e econômica, sendo por isso mesmo também, em certos casos um sujeito questionador; e não simplesmente um cumpridor das prerrogativas previstas na BNCC.

As questões apontadas neste texto, indicam que a BNC-Formação, traz novas exigências e modificações do modo operante da política de formação docente. É uma política que formata um currículo e uma formação pautada nas competências e habilidades predeterminadas, prevalecendo dessa maneira, a lógica do capital humano, a qual, centra tudo na economia, ignorando as necessidades materiais, culturais dos sujeitos, e mais, acentua expressamente a expropriação do conhecimento docente. Constitui-se, portanto, em um sistema de controle da formação e atuação docente que corresponde aos ditames do capital.

Por fim, em um caminho formativo sendo realizado sem o estudo analítico da educação e de seus determinantes históricos e sociais, com foco no que é pragmático, só pode gerar um proletário aplicador de modelos prontos e não um profissional que tem autonomia, que se questiona e que problematiza o real, que se enxerga na trama social reconhecendo-se como sujeito de opinião e que se sente capaz de intencionalmente realizar um trabalho transformador.

Diante desses fatos, as tensões e questões presentes neste estudo, permite pensar na necessidade de assinalar que a formação do professor deve ser analisada dentro do contexto social e é essencial para habilitar os profissionais em relação ao exercício da prática docente, fundamentando-os teoricamente, capacitando-os para exercício da docência de forma crítica e emancipatória.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, APPLE, Michael. Ideologia e currículo. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. 2018. Disponível em

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf - Acesso em 20 mar 2023.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file> . Acesso em 31/03/2023.

COSTA, Eliane Miranda; MATTOS, Cleide Carvalho de; CAETANO, Viviane Nunes da Silva. Implicações da BNC- Formação para a universidade pública e formação docente. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 16, n. esp.1, p. 896–909, 2021. DOI: 10.21723/riaee.v16iEsp.1.14924. Disponível em:

<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/14924>. Acesso em: 3 abr. 2023.

FÁVERO, Altair Alberto; BUKOWSKI, Chaiane; CENTENARO, Junior Bufon. Enfoque do desenvolvimento humano na construção de políticas educacionais com foco nas capacidades. In: FÁVERO, Altair Alberto; CENTENARO, Junior Bufon (Org.). Leituras sobre Martha Nussbaum e a educação. Curitiba: CRV, 2021, pág. 61-78.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 2017

GADOTTI, Moacir. Perspectivas Atuais da Educação. Porto Alegre: Artmed, 2000.

MARX, Karl. Capítulo VI inédito de o capital. Tradução: Klaus Von Puchen. 2ª ed. São Paulo: Centauro Editora, 2004.

MENDES, Thamiris Christine; BACCON, Ana Lúcia Pereira. Profissão docente: o que é ser professor. In: XII Congresso Nacional de Educação, 2015, Paraná. P. 39786 – 39803.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. p. 56-